

**Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas:  
aproximando agendas e agentes**

23 a 25 de abril de 2013, UNESP, Araraquara (SP)

**Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Social no Seridó  
Potiguar**

Guilherme Reis Pereira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## **Resumo**

Este artigo analisa a contribuição da participação da sociedade civil na formulação, implantação e controle de políticas públicas para o desenvolvimento social. Para avaliar os resultados das políticas públicas, a pesquisa utilizou tanto dados quantitativos, como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto, quanto informações qualitativas obtidas através de documentos e entrevistas realizadas com lideranças vinculadas às organizações da sociedade civil. Os dados levantados mostram que entidades da sociedade civil promoveram o associativismo, a economia solidária e a capacitação para acesso às políticas públicas na região do Seridó Potiguar. O trabalho de mobilização e organização, sobretudo das comunidades rurais, possibilitou um acúmulo de capital social e experiência de participação social no momento da formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento local. Conclui-se que o associativismo e a participação política no Seridó contribuem tanto nas atividades econômicas quanto na melhoria das condições sociais comparado a outras microrregiões do Rio Grande do Norte.

Palavras chave: participação, sociedade civil, políticas públicas, desenvolvimento social.

## **Abstract**

This article examines the contribution of civil society participation in the formulation, implementation and monitoring of public policies for social development. To evaluate the outcomes of public policies the research used both quantitative data, such as the Human Development Index and Gross Domestic Product, as qualitative information obtained through documents and interviews with leaders linked to civil society organizations. The data collected shows that civil society organizations have promoted of the associativism, the solidarity economy and training for access to public policy in the Potiguar Seridó region. The work of mobilization and organization, especially in rural communities, allowed an accumulation of social capital and social experience of participation in the time of formulation of policies for local development. We conclude that the associativism and political participation in Seridó contribute both in economic activities and in improving social conditions compared to other regions of the Rio Grande do Norte.

Keywords: participation, civil society, public policy, social development.

## Introdução

Este trabalho analisa a contribuição da participação da sociedade civil na formulação e execução de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento social. É feita uma correlação entre participação política e alguns resultados de políticas públicas a fim de verificar se a densidade associativa e a participação política influenciam na melhoria das condições de vida em diferentes municípios do Estado do Rio Grande do Norte (RN). Para avaliar os resultados das políticas públicas, a pesquisa utilizou tanto dados quantitativos, como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Produto Interno Bruto, quanto informações qualitativas obtidas através de documentos e entrevistas realizadas com lideranças vinculadas às organizações da sociedade civil e observação nas reuniões e assembleias realizadas na região do Seridó potiguar entre 2011 e 2012.

Na final década de 1960 a temática da participação política se popularizou entre estudantes e estava presente em algumas políticas sociais da França, Grã-Bretanha e EUA. No âmbito acadêmico, a participação popular era tratada por sociólogos políticos como um risco à estabilidade do sistema democrático (PATEMAN, 1992: p.9-11). Carole Pateman discute qual é o lugar da participação numa teoria da democracia e destaca a função educativa da participação nos mesmos termos de Rousseau e Mill quando os indivíduos se envolvem com questões públicas. Para Mill a participação no nível local permitiria ao indivíduo um aprendizado sobre democracia na escala pequena (PATEMAN, 1992: p.46). A autora procura identificar evidências de vinculação da experiência de participação no local de trabalho com o envolvimento em questões de interesse público. De acordo com essa análise, o associativismo e a economia solidária, que se caracteriza por envolver unidades produtivas coletivas, capacita os indivíduos para participação em processos decisórios de natureza pública.

No debate contemporâneo sobre a participação da sociedade civil na esfera pública, os conselhos se destacam como mecanismos institucionais que pressionam os governos locais a cumprir seus deveres com relação às políticas sociais (GONH, 2004: 21). No bojo da redemocratização do país, há um movimento da sociedade civil de criação de espaços decisórios em conferências, fóruns e conselhos para participação de grupos sociais que, até então, não tiveram seus interesses representados no processo de formulação de políticas públicas. Entre 1988 e 2009 foram realizadas cerca de 80 conferências nacionais e muitas delas eram para deliberação de políticas para grupos culturais e sociais minoritários (POGREBINSCHI, 2012). De um lado, a Constituição de 1988 assegurou o direito de participação nas decisões públicas, por outro se observa o crescimento da mobilização da sociedade civil em diferentes regiões do país com vistas ao atendimento de suas antigas demandas para o desenvolvimento local.

A partir da década de 1990, a participação e o controle social sobre a condução das políticas públicas passaram a ser assunto de vários autores que têm se dedicado mais no funcionamento de instituições como o orçamento participativo e menos na correlação da participação com os resultados das políticas públicas (AVRITZER, 2002, DAGNINO, 2002). Na linha dos resultados, existem estudos (VAZ e PIRES, 2011) que procuram estabelecer esta correlação com base na metodologia *matched-pairs* analisando o comportamento de algumas variáveis de resultado em políticas públicas de pares de municípios selecionados, como características de participação política, socioeconômicas e demográficas. A metodologia empregada neste trabalho se diferencia porque compara municípios do mesmo estado que apresentam características físicas e socioeconômicas semelhantes, e trabalha-se com a hipótese de haver diferenças na variável participação política. A variável participação política é composta tanto da questão da mobilização da sociedade civil quanto da atuação de grupos políticos ligados às famílias tradicionais que comandam os partidos no Rio Grande do Norte. A fim de analisar a contribuição da participação política, foi escolhida a região do Seridó para pesquisa empírica tendo em vista que é uma região que possui um histórico de mobilização da sociedade civil e densidade associativa, que resultou na elaboração do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó e na criação de uma agência de desenvolvimento, a ADESE.

Na perspectiva da participação política e maior controle da sociedade civil sobre políticas públicas, as principais referências são os trabalhos de Putnam que correlacionam o adensamento da organização social com o desempenho dos governos locais. Putnam pesquisou diferentes regiões da Itália e constatou que as regiões mais atrasadas em seu desenvolvimento econômico são mais eficientes em seus governos que regiões mais desenvolvidas (PUTNAM; 2003: p.100). Além do ambiente adverso, Putnam considera que a comunidade cívica é um condicionante mais forte que o crescimento econômico. Na análise sobre o desenvolvimento local, Putnam introduziu o conceito de capital social<sup>1</sup> para retratar o adensamento do associativismo e os recursos obtidos a partir de um conjunto de relações sociais de reciprocidade, confiança e solidariedade (2003). Estes fatores são considerados determinantes para o fortalecimento da democracia e o melhor desempenho dos governos locais.

Cabe salientar que a existência da participação política a partir do associativismo, em um estado da federação periférico, historicamente controlado por oligarquias, é um fenômeno relativamente novo que ocorre de forma heterogênea entre as micro-regiões do Rio Grande do Norte (RN). As regiões afetadas pela seca e com alto índice de pobreza que tiveram o apoio de setores da Igreja Católica se organizaram em sindicatos rurais, associações

---

<sup>1</sup>Para Putnam, "capital social se refere a elementos de organização social como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco" (Putnam, 1995: 67).

e cooperativas. Na região do Seridó o Movimento de Educação de Base (MEB), a criação do Serviço de Apoio aos Projetos Alternativos Comunitários (SEAPAC), ligado à Pastoral da Igreja, e a criação da Rádio Rural, que viabilizava a difusão do MEB, contribuíram para essa organização social. Desde a década de 1960, as lideranças ligadas à Igreja Católica contribuíram para a criação de sindicatos de trabalhadores rurais em diversos municípios, associações de produtores e realização de projetos de desenvolvimento em parceria com as comunidades rurais (Medeiros, 2007). Na verdade a ação da Igreja de alfabetização e politização dos trabalhadores foi uma forma de evitar a influencia das Ligas Camponesas consideradas anticristãs que iriam semear o ódio e a vingança entre os homens. Havia o receio da Igreja de perder seu rebanho devido à penetração do Protestantismo, sendo que o pentecostalismo desenvolvia ação social juntamente com as Ligas Camponesas. Ela se viu obrigada a tomar posição em favor dos trabalhadores rurais e se contrapor aos latifundiários. A Igreja Católica procurou construir uma imagem negativa das Ligas Camponesas e do Partido Comunista Brasileiro para garantir sua influencia na formação doutrinária da população local (Silva; 2007: 47). Curiosamente, é justamente na micro-região do Seridó onde foram registrados os melhores índices de desenvolvimento humano. Sustenta-se a hipótese de que o capital social adquirido a partir da mobilização e participação política é um fator importante para a melhoria dos indicadores sociais.

O trabalho está organizado em três partes além da introdução. Na primeira é feita uma caracterização do Nordeste e estado do Rio Grande do Norte cujo atraso no processo de desenvolvimento está condicionado pela concentração fundiária e o predomínio de famílias tradicionais na política do estado. Na segunda é feita uma descrição de como a sociedade civil se organizou, destacando a atuação de algumas entidades na capacitação das comunidades para participar das políticas públicas. Procura-se ainda traçar o perfil do Sertanejo em face do ambiente em que vive. Na terceira são apresentados os indicadores econômicos e sociais de um conjunto de municípios selecionados e procura correlacionar a densidade associativa e experiência participativa com a posição dos municípios da região do Seridó no IDH.

### **1.0 Caracterização do Nordeste e Rio Grande do Norte**

Historicamente, as políticas destinadas ao desenvolvimento no Brasil privilegiavam os setores mais dinâmicos e as grandes empresas, o que levou ao aumento das desigualdades regionais no Brasil. Tânia Bacelar argumenta que o período de 1920 a 1970 foi caracterizado pela concentração industrial em que o dinamismo econômico do país estava localizado no Sudeste. Neste contexto, ficam evidentes as disparidades regionais tendo como exemplo a indústria têxtil do Nordeste que não tinha competitividade para fazer frente à indústria do Sudeste (ARAÚJO, 2000), bem como a economia do algodão que

entrou em decadência a partir da década de 1980 com a expansão da indústria têxtil chinesa.

Na tentativa de reduzir as desigualdades regionais, foram elaboradas políticas para a região Nordeste. No entanto, havia o problema de garantir que os benefícios chegassem ao sertanejo que sofria com as sucessivas secas. Desde a criação da SUDENE havia a preocupação de evitar que os grandes proprietários de terra se apropriassem dos benefícios gerados pelos investimentos feitos na região, como acontecera anteriormente. Celso Furtado defendia que projetos de irrigação deveriam ser acompanhados de reforma agrária para atender o interesse social. Também apontava a estrutura política baseada na concentração fundiária como um dos principais fatores do atraso na região.

A pobreza é uma das marcas da região que, mesmo com a retomada do crescimento econômico a partir da década de 1960, a situação social ficou inalterada. Em 1993 o Nordeste tinha 63% dos indigentes brasileiros que vivem nas áreas rurais. As políticas de estímulo à industrialização com investimentos da Petrobrás na Bahia e Rio Grande do Norte e da Vale do Rio Doce no Maranhão provocaram uma redução da participação da economia agroexportadora de 27,4% para 18,9% entre 1967 a 1989. Entretanto, esse processo tem aprofundado as diferenciações e desigualdades intrarregionais (ARAÚJO, 1997: p.8).

O modelo de desenvolvimento econômico está condicionado por uma estrutura política caracterizada pelo predomínio de oligarquias compostas pelas principais famílias potiguaras que se alternam no governo desde o período da Primeira República. No final da década de 1920 a alternância dos grupos no poder esteve associada à mudança econômica. Spinelli afirma que a troca dos grupos políticos hegemônicos no estado ocorreu quando houve mudança do eixo econômico do litoral açucareiro e têxtil, dominado pela família Maranhão, para o sertão baseado na economia do algodão e pecuária que foi acompanhado da ascensão do grupo do Seridó, liderado por José Augusto e Juvenal Lamartine (SPINELLI, 1992).

De lá para cá não houve mudanças significativas na prática política do estado que acaba se refletindo nas condições sociais, agravado pelo fato do Rio Grande do Norte ser um estado que tem 90% do seu território como semiárido. Quando se fala em desenvolvimento do semiárido, uma questão prioritária é a garantia de abastecimento de água para uso doméstico e produtivo. O estado enfrenta problemas semelhantes a outros estados do Nordeste, há desigualdades intrarregionais, a população sofre com a escassez de água nos períodos de seca tanto nas áreas rurais quanto urbanas, os serviços públicos são ineficientes com problemas de infraestrutura, falta de saneamento básico e alto índice de analfabetismo. Apenas 17,68 % dos domicílios possuem serviços

de rede coletora de esgoto e 30% fossa séptica. 56% das famílias têm rendimento familiar per capita até 1/2 Salário Mínimo.

Nos últimos vinte anos está ocorrendo um crescimento econômico no Rio Grande do Norte, sobretudo nas áreas de serviços, na fruticultura irrigada, nas indústrias da construção civil, extrativa e de mineração. Em 2008, os serviços representavam 70% do valor adicionado, indústria 25,4% e agropecuária 5,6% (IBGE, 2010). No entanto, o crescimento é um processo que ocorre de forma desigual entre os municípios onde alguns apresentam um significativo crescimento econômico e outros continuam estacionados e dependentes de repasses federais para oferecer serviços básicos para a população. Mesmo nos municípios que registram maior crescimento do Produto Interno Bruto não se pode afirmar que há um processo de desenvolvimento com redução das desigualdades sociais e melhoria das condições de vida da população. Pelo contrário, está ocorrendo um processo de crescimento econômico concentrador de renda e ampliação das desigualdades sociais. Para se ter noção do contraste social, mais de 50% da população tem renda per capita de um a dois salários mínimos, enquanto o setor petrolífero oferece salários de até R\$ 22 mil reais (CEMPRE, 2010).

Segundo dados do IBGE, entre 2007 e 2010 o Estado do RN teve crescimento menor que outros estados do Nordeste. A falta de uma política industrial e investimentos em infraestrutura são identificados como os principais fatores por não acompanhar os vizinhos (CEMPRE, 2010).

A região metropolitana, principalmente Natal, está vivenciando um caos administrativo com superlotação de hospitais, demora no repasse de recursos do SUS para os hospitais, acúmulo de lixo, vias urbanas cheias de buracos. Em 2012, a prefeita de Natal do PV, Mícarla de Souza, foi afastada no final de seu mandato por suspeita de implantar um esquema de corrupção com desvio de recursos das áreas da Saúde e Educação. Logo após o afastamento da prefeita, a prefeitura de Natal decretou calamidade pública na rede municipal de saúde. A governadora do estado Rosalba Ciarlini Rosado do DEM segue o mesmo caminho, decretou estado de calamidade na área da saúde em função da demora na liberação de recursos, o que provocou a decisão de intervenção federal do Conselho Federal de Medicina e do Conselho Nacional de Direitos Humanos. Cabe ressaltar que o estado de calamidade pública permite a contratação de empresas sem o processo de licitação, o que acarreta uma falta de controle dos gastos no setor.

Apesar de comparar os indicadores socioeconômicos de diferentes municípios, a pesquisa empírica sobre a participação política se concentrou na região do Seridó por haver um histórico de mobilização da população local. A região do Seridó potiguar é composta por vinte e cinco municípios, a saber: Acari, Bodó, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Cruzeta, Currais Novos, Equador,

Florânia, Ipueira, Jardim de Piranhas, Jardim do Seridó, Jucurutu, Lagoa Nova, Ouro Branco, Parelhas, Santana dos Matos, Santana do Seridó, São Fernando, São João do Sabugi, São José do Seridó, São Vicente, Serra Negra do Norte, Tenente Laurentino Cruz e Timbaúba dos Batistas. A população total do território é de 295.748 habitantes e abrange uma área de 10.954,50 Km<sup>2</sup>. A ocupação do Seridó Potiguar se deu com o movimento de expansão da fronteira colonial no final do século XVII através da concessão de sesmarias no sertão para exploração da pecuária. A primeira edificação, localizada município de Caicó, foi a *Casa-Forte do Cuó* para abrigar as tropas coloniais envolvidas na chamada Guerra dos Bárbaros, (MACEDO, 2005: p. 2).

## **2.0 Organizações da Sociedade Civil**

O trabalho faz uma correlação entre a participação da sociedade civil no âmbito da região do Seridó e o desenvolvimento social. A pesquisa empírica foi baseada na observação direta em conferências municipais, reuniões do colegiado territorial do Seridó e reuniões promovidas pela ADESE envolvendo prefeitos e representantes de diversas associações da sociedade civil. A participação política da sociedade civil seridoense é verificada pelo número de participantes com deliberação nos colegiados da região sobre a seleção de projetos prioritários. Em julho de 2011, tivemos a oportunidade de acompanhar a Conferência Municipal da Saúde em Caicó onde estavam presentes cerca de duzentas pessoas. Nas diferentes reuniões que participamos sempre havia um número significativo de representantes de associações, sindicatos e prefeituras.

Pode-se inferir que as condições físicas adversas do clima semiárido e o trabalho de formação e organização sindical da Pastoral da Igreja Católica são os principais fatores que contribuíram para a existência de capital social associado à identidade territorial e a constituição da sociedade civil. A sociedade civil do Seridó, composta por várias associações, cooperativas e ONGs, participa de assembleias em conjunto com os prefeitos e representantes dos municípios para definir os projetos prioritários para o desenvolvimento econômico e social da região. Atualmente, as assembleias são dirigidas pelo Conselho de Administração da ADESE que tem como presidente o bispo da Pastoral de Caicó que na ocasião era Dom Manoel Delson Pedreira da Cruz. A autoridade religiosa assume um papel de mediação dos interesses dos diversos atores que participam das assembleias e reuniões, o que garante um caráter apartidário e regional.

Em várias situações os bispos se colocaram em favor dos trabalhadores e pequenos produtores na região do Seridó e em outras regiões do Rio Grande do Norte. No caso do projeto do DNOCS de irrigação na Chapada do Apodi que envolvia desapropriações de pequenos proprietários de terra, os bispos da

Igreja Católica no RN divulgaram uma nota oficial no dia 05 de dezembro de 2011 se posicionando contra o projeto de irrigação em defesa das comunidades que vivem da agroecologia e agricultura familiar. Os bispos solicitaram a revogação do Decreto Nº 0-001 de 10 de Junho de 2011 e abrir diálogo na construção de novo projeto com os recursos já disponibilizados no PAC. O projeto beneficiaria um grupo de empresas do agronegócio cujo modelo de produção baseia-se na monocultura e no uso intensivo de agrotóxico. Diante da oposição ao projeto, o governo Dilma Rousseff recuou. Desse modo, os bispos defendem os interesses das comunidades menos favorecidas em favor de um modelo de desenvolvimento sustentável. Já o deputado Henrique Alves foi favorável ao projeto de irrigação para o agronegócio.

O conflito em torno do projeto de irrigação na Chapada do Apodi evidencia duas alternativas de padrão de desenvolvimento. O padrão de desenvolvimento do Governo Federal baseado no crescimento econômico pela via da exportação de commodities que acarretaria a expropriação dos meios de produção da população local e o padrão de desenvolvimento que visa fortalecer a agricultura familiar camponesa de base agroecológica.

A organização da sociedade civil ocorreu a partir da ação de lideranças religiosas como o Bispo Dom Jaime e a ação social da Igreja Católica. Seridó é a região com maior número de associações e cooperativas no Estado do RN<sup>2</sup>. O crescimento do associativismo e a mobilização social rural ocorreram num período de crise da economia baseada na produção do algodão e na mineração em função da abertura comercial e aumento da concorrência, sobretudo dos produtos chineses. A partir da mobilização das associações e sindicatos rurais foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó em 1999. Um dos resultados do plano foi a criação da Agência de Desenvolvimento do Seridó (ADESE), uma OCIP que surgiu a partir da organização da sociedade civil e pode ser considerada principal inovação institucional desse processo de mobilização social. A ADESE assumiu o papel de articulação política entre os vinte e cinco municípios, um conjunto de associações e sindicatos de trabalhadores e produtores rurais e tem parcerias com órgãos do Ministério da Integração Nacional e do Desenvolvimento Agrário. Também tem um papel técnico de realizar pesquisas sobre a cadeia produtiva do leite; o diagnóstico do consumo da lenha que é a principal fonte de energia e tem provocado um processo de desertificação da Caatinga com o desmatamento de espécies nativas. O consumo da lenha ocorre principalmente na indústria de cerâmica que cresceu nos anos 1990, após a decadência da produção do algodão com o processo de globalização.

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Procópio Lucena da SEAPAC em julho de 2011.

Se por um lado a participação via processo eleitoral não garante a solução de problemas primários de administração como saneamento básico no estado do RN e nem aponta perspectivas de mudança social. Por outro lado, algumas organizações da sociedade civil têm desempenhado um relevante trabalho na mobilização e capacitação das comunidades para influir nas políticas públicas. Pode-se destacar o trabalho das organizações da sociedade civil na elaboração e execução de projetos ligados ao Programa de Desenvolvimento Solidário e ao Programa de Combate à Pobreza Rural. Dentre as organizações cabe destacar a atuação do SEAPAC em três territórios do semiárido, a saber: Trairi, Meio Oeste e Seridó. O planejamento estratégico das ações do SEAPAC é um processo participativo envolvendo várias associações, sindicatos de trabalhadores rurais a fim de identificar as demandas da comunidade e o estabelecimento de prioridades. O planejamento das ações (2013-2018) leva em conta a necessidade de implantação de estratégias de convivência com o semiárido, capacitação das comunidades para ampliar o acesso e controle das políticas públicas e o fortalecimento das organizações da sociedade civil. Isto quer dizer que há um permanente trabalho de mobilização, articulação e capacitação política e técnicas das comunidades rurais e segmentos mais vulneráveis à pobreza. Há a participação em diversos conselhos e outras instituições de tomada de decisão (SEAPAC, 2012). Os funcionários do SEAPAC afirmam que a região do Seridó adquiriu uma cultura de participação em razão de um trabalho pioneiro de formação política e técnica, e essa cultura de participação contribui para a realização de muitos projetos voltados ao desenvolvimento das comunidades rurais<sup>3</sup>.

O quadro 01 no anexo apresenta os principais projetos executados entre 2009 e 2010 no RN que tem o apoio técnico e financiamento de organizações internacionais como a Misereor da Alemanha, Populorum Progressio da Itália, o Banco Mundial e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). As organizações da sociedade civil (ADESE, ASA e SEAPAC) atuam tanto na capacitação política e técnica junto às comunidades rurais quanto nas deliberações de políticas públicas em diferentes colegiados. O SEAPAC participou do Conselho Estadual do Programa de Combate da Pobreza Rural, contribuindo na articulação e aprovação de 802 projetos no valor de R\$ 44.292.284,00, que beneficiaram 34.444 famílias em 152 municípios do RN. SEAPAC também ocupa o cargo de vice-presidência do Comitê da Bacia Hidrográfica do Piranhas-Açu, instância gestora dos recursos hídricos, envolvendo 1,6 milhões de pessoas e 145 municípios (RN e PB), numa área de 42.900km<sup>2</sup>.

As organizações internacionais que financiam os projetos têm avaliado de forma positiva o trabalho das entidades da sociedade civil de viabilizar o

---

<sup>3</sup> Entrevistas concedidas por Procópio Lucena em Julho de 2011 e Verônica Barros em Setembro de 2012.

acesso das comunidades rurais do semiárido às políticas públicas para melhoria das condições de vida. Entre os principais impactos identificados pela agência alemã está a criação da ASA Potiguar que viabilizou a construção de cisternas para garantir o abastecimento de água, o fortalecimento do associativismo, a participação em Conselhos Estaduais, a elaboração e implantação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó. De acordo com a Misereor, o SEAPAC tem conquistado crescente credibilidade a partir da sua atuação. Pode-se afirmar, através de observação em reuniões e assembleias realizadas pela ADESE, que a entidade assumiu um importante papel de articulação regional entre os municípios e as associações e sindicatos. Isto quer dizer que as organizações da sociedade civil têm contribuído para o adensamento cívico e ampliação do estoque de capital social. A participação promovida por essas entidades nas políticas públicas tem gerado benefícios para as comunidades. Para se ter noção dos benefícios gerados pela atuação de entidades da sociedade civil, há o projeto AP1MC com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social, executado pela ASA, possibilitou a construção de 5.359 cisternas e capacitação de 5.359 pessoas em gestão de recursos hídricos, 100 cisterneiros capacitados em tecnologias de convivência com o semiárido, 8.574.400 litros de água armazenada para consumo humano (Krappitz e Corcione, 2011); comercialização de 200 toneladas de arroz por meio da Associação dos Produtores de Arroz Vermelho, eliminando a figura do atravessador. Em 2010, houve a capacitação de mais de cem pessoas nos temas: controle social de políticas públicas, gestão associativa, gestão ambiental, agroecologia, economia solidária e igualdade de gênero, raça e geração (SEAPAC, 2011).

Em 2010, os resultados do Programa de Desenvolvimento Solidário mostram que a região do Seridó teve maior número de famílias beneficiadas pelo programa em comparação a outras regiões do estado. Foram quase 11 mil famílias atendidas através de 149 projetos que soma o valor de R\$ 8.969.379,70, seguida pelo Médio Oeste, onde está localizado o município de Mossoró, com 9,6 mil famílias atendidas por 189 projetos e um total de R\$ 11.049.228,22. No entanto, a avaliação feita pela agência alemã da atuação do SEAPAC aponta a necessidade de formulação de projetos estruturantes de maior envergadura envolvendo maior volume de recursos para ampliação dos beneficiários.

<b>Tabela 01: Nº de família dos subprojetos, por região, 2010.</b>		
<b>Região</b>	<b>Com subprojetos em carteira</b>	
	<b>Nº</b>	<b>%</b>
Alto Oeste	7.666	11,2
Central	7.233	10,9
Litoral Norte	6.104	10,4
Litoral Sul	6.941	10,4
Médio Oeste	9.635	19,8
Potengi	3.071	4,8
Seridó	10.932	22,6
Trairí	4.618	10,0
<b>Total</b>	<b>56.200</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Estado do Rio Grande do Norte

Medeiros (2007) verificou em sua pesquisa sobre o Seridó a existência de capital social entre os pequenos produtores rurais em períodos de colheita, atividades da pecuária e nas festas religiosas. A preocupação com a educação formal, que já existia na elite local que mandava os filhos estudar em Recife, foi ampliada para a população a partir do Movimento de Educação de Base conduzido pela ação social da Igreja Católica, contribuindo para o fortalecimento do capital social e as ações coletivas. A partir desse aprendizado, o legado do capital social tem contribuído para a constituição de entidades da sociedade civil que desempenham importante papel de articulação e participação nas políticas públicas para o desenvolvimento socioeconômico no semiárido. Contudo, a contribuição do capital social do Seridó é mais evidente nas atividades produtivas e no âmbito da sociedade civil do que no desempenho dos governos locais. Na última década, Caicó, principal cidade do Seridó com aproximadamente sessenta mil habitantes, foi o município do Rio Grande do Norte que registrou o maior crescimento do PIB, seguido por Currais Novos. O setor de serviços foi o que teve maior crescimento. Mesmo estando numa área suscetível à desertificação e sofrer com longos períodos de seca, Caicó e Currais Novos superaram municípios que se beneficiam da proximidade da capital.

## **2.1 O Sertanejo**

A impressão sobre a realidade atual do Sertão não é daquela imagem de miséria humana retratada por Graciliano Ramos em *Vidas Secas*. No final do século XX houve mudanças como a urbanização, as facilidades dos meios de comunicação e o aumento do nível educacional. Em face de um mercado de trabalho limitado com a presença de poucas indústrias, percebe-se um traço de

empreendedorismo e cooperativismo da população do Seridó. Há cooperativa de garimpeiros, de produtores de leite e derivados, artesanato e confecções. A Cooperativa de Energia e Desenvolvimento Rural do Seridó – CERSEL é a principal cooperativa que atua na área de laticínios.

A partir das visitas entre 2011 e 2012 e a realização de entrevistas na região do Seridó foi possível observar uma identidade territorial que facilita o trabalho de articulação regional para tomada de decisões sobre as prioridades que irão beneficiar a região como um todo. Alguns entrevistados afirmaram sentir orgulho por pertencer ao território do Seridó.

O sertanejo resiste à seca e se restabelece tão logo volta a chover ou quando consegue ter acesso aos recursos financeiros e técnicos que amenizam o problema de escassez de água. São desenvolvidas maneiras de convivência com a seca através da difusão de tecnologias sociais e capacitação por entidades da sociedade civil. O fato de o sertanejo enfrentar restrições por causa das condições ambientais com secas periódicas fez dele um perseverante, solidário e religioso. Por viver em um ambiente inóspito e crises cíclicas, são adotadas estratégias de sobrevivência que passam pelo trabalho cooperativo, o associativismo e a participação. Há disposição de parte da comunidade em participar de assembleias, conselhos e conferências para diversos assuntos de interesse público. Contudo, o fato do sertanejo de ser religioso faz dele um sujeito solidário e, ao mesmo tempo, também conservador com relação aos conflitos sociais, o que impede maior contestação e enfrentamento perante a elite local.<sup>4</sup> Tal conservadorismo se expressa na escolha de políticos de famílias tradicionais e baixa capacidade de renovação de quadros dirigentes. O conservadorismo é um traço cultural presente em todo o estado, o que corrobora para a preservação de profundas desigualdades sociais.

Por outro lado, as dificuldades impostas pelo clima colocam o sertanejo numa posição de vulnerabilidade e dependência, que, por vezes, é aproveitada pelos políticos para fins eleitorais, como ocorreu com o programa de compra do leite pelo governo de estado. Apesar de haver mobilização e participação da sociedade civil nas políticas públicas, ainda há práticas clientelistas e manutenção dos mesmos grupos políticos de famílias tradicionais. A mobilização da sociedade civil não leva à superação de uma estrutura política herdada das oligarquias que se alternam na condução do estado desde a Primeira República. De maneira que se pode constatar uma situação paradoxal na convivência entre a nova dinâmica política da sociedade civil e a velha política oligárquica da sociedade política. A participação política fica limitada na proposição e priorização de projetos sem exercer maior influência na execução das políticas públicas pelas prefeituras. Mesmo na região do Seridó que é mais

---

<sup>4</sup> Entrevistas concedidas por Procópio Lucena em Julho de 2011.

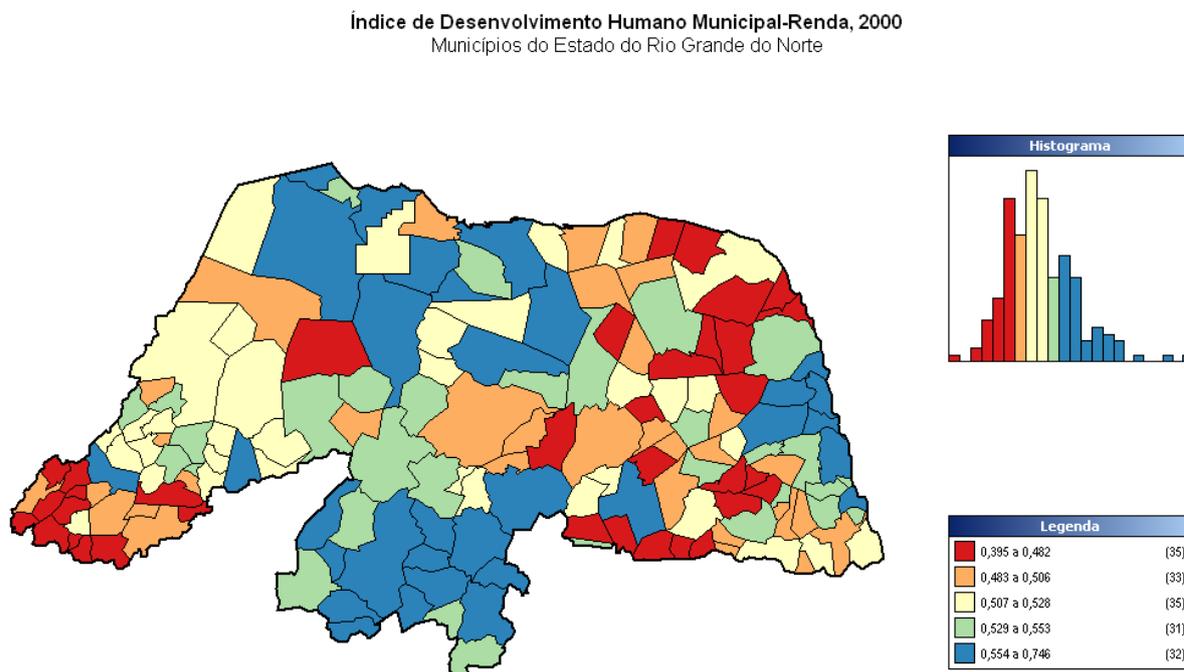
participativa nas questões públicas, os movimentos da sociedade civil não influenciam de maneira significativa na prática política dos partidos e dos governos locais. Os gestores públicos nem sempre seguem as deliberações dos conselhos e até resistem à maior influência dos atores da sociedade civil.

### **3.0 - Crescimento econômico x Índice de Desenvolvimento Humano**

A correlação entre participação e desenvolvimento inclusivo e sustentável é verificada mediante a comparação do IDH de municípios selecionados do RN. No caso do Seridó, onde a participação política é maior, o índice de desenvolvimento humano supera Mossoró que registrou uma das maiores taxas de crescimento econômico no estado. Cabe ressaltar que o crescimento econômico acentuado em um único município de uma microrregião leva a migrações internas, e conseqüentemente, crescimento da violência e outros problemas urbanos provenientes do inchamento das cidades. Por outro lado, dados qualitativos obtidos nas entrevistas com lideranças indicam que apesar de haver mobilização social para discutir as políticas públicas e o forte associativismo, os governos locais não melhoraram o desempenho na execução das políticas, como foi observado por Putnam em seu estudo. Entretanto, há indícios de que a densidade associativa pode estar contribuindo para o desempenho econômico do Seridó. Um dado interessante do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é que vários municípios do Seridó, que enfrentam as mesmas adversidades do semiárido de outros municípios do estado, têm os maiores IDH, assim como a região metropolitana e o Meio Oeste onde está instalada uma unidade da Petrobrás de exploração de petróleo e gás e houve o crescimento da fruticultura irrigada no Vale do Açú.

Com base nos dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, comparamos o IDH de alguns municípios de diferentes regiões do estado do RN. Os municípios de Natal, Parnamirim e Macaíba estão localizados na região metropolitana, Mossoró está situado no Meio Oeste do estado e os demais municípios fazem parte da região Seridó. O critério para seleção foi a escolha de municípios que apresentaram maior IDH em 2000. Conforme mostra a figura abaixo, os municípios que apresentam maior IDH-renda, estão os municípios da região metropolitana de Natal, região do Seridó e o meio oeste onde está situado Mossoró. Entre os municípios da região metropolitana e do meio oeste foram selecionados aqueles que registraram maior crescimento do PIB a fim de comparar com alguns municípios do Seridó.

Figura 01: Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte



Fonte: PNUD – Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil

Comparando o ranking do IDH dos municípios selecionados com o tamanho do PIB, verifica-se que não há nenhuma correspondência. Os municípios de Carnaúbas dos Dantas e São José do Seridó têm maior IDH que Mossoró e Macaíba que são municípios que têm um PIB muito maior que estes municípios, conforme mostra a Tabela 01. Isto quer dizer que os municípios com população inferior a 10 mil habitantes apresentam maior IDH em função de fatores sociais como acesso à educação, longevidade. Os municípios de Caicó, Carnaúba dos Dantas e São José do Seridó têm o menor índice de pobreza, menor mortalidade até cinco anos e maior probabilidade de sobrevivência até sessenta anos. Há maior expectativa de vida em virtude do menor volume de violência. Ademais, em 2000, Carnaúbas dos Dantas tinha 94,14 % de crianças de 5 e 6 anos na escola enquanto Mossoró tinha 91% e Macaíba 80,5 %. Pode-se inferir que o fato de ter uma população menor facilita a administração nos municípios pequenos que se reflete nos indicadores sociais. Com a municipalização dos serviços de saúde e educação fundamental, os repasses federais para os municípios aumentaram e no caso dos pequenos, os recursos federais tem um peso significativo na sua receita.

**Figura 02: Índice de Desenvolvimento Humano de municípios selecionados d**



**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

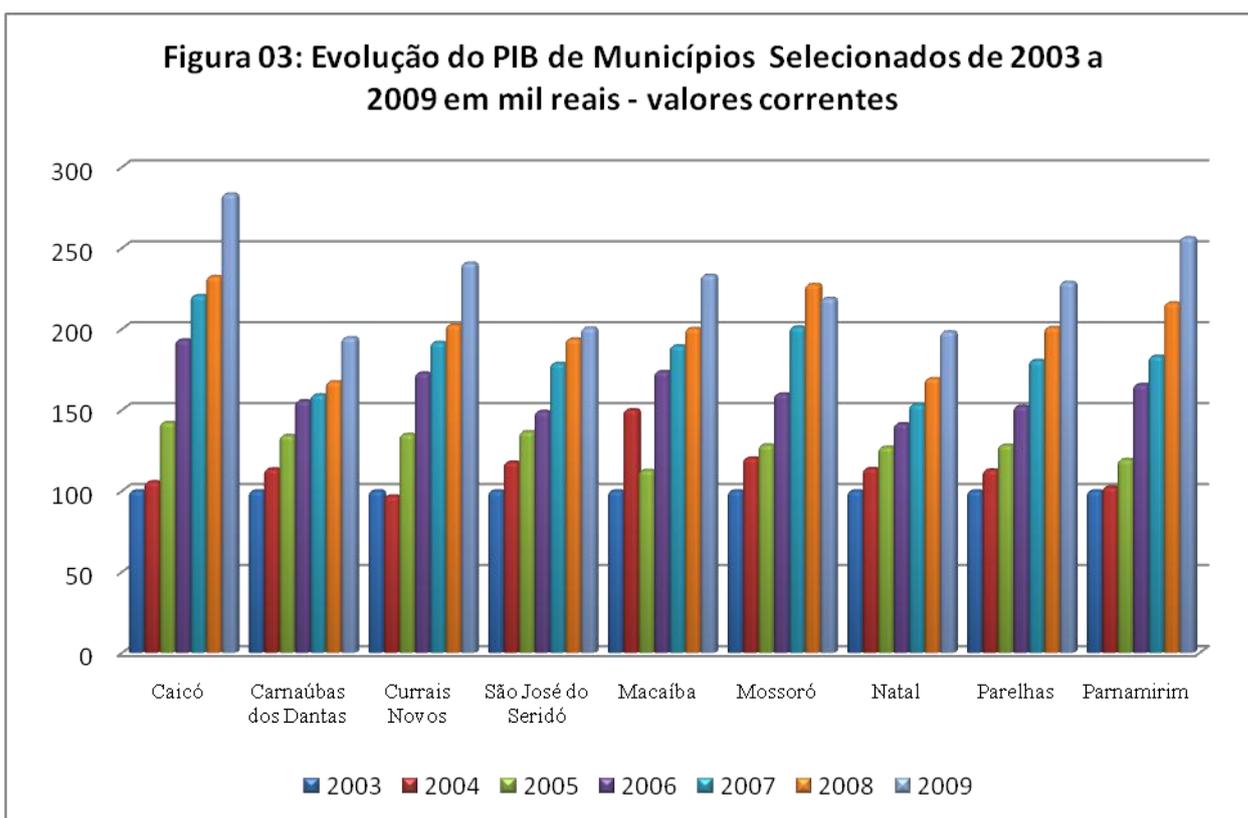
<b>Tabela 02: Produto Interno Bruto de municípios selecionados em mil reais - valores correntes</b>							
<b>Cidades</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>
Caicó	170.865	180.506	243.111	330.154	377.131	397.173	484.226
Carnaúbas dos Dantas	17.284	19.632	23.211	26.904	27.542	28.929	33.648
Currais Novos	120.149	116.419	162.133	207.635	230.391	243.230	289.146
São José do Seridó	13.476	15.875	18.402	20.094	24.098	26.116	27.033
Macaíba	303.795	456.042	342.314	527.652	576.110	608.621	708.534
Mossoró	1.329.938	1.599.988	1.707.797	2.127.077	2.676.568	3.025.815	2.910.956
Natal	5.229.473	5.955.689	6.643.983	7.398.852	8.020.993	8.858.669	10.369.581
Parelhas	47.844	54.040	61.375	72.841	86.403	96.143	109.495
Parnamirim	765.833	784.326	914.803	1.269.568	1.402.947	1.654.985	1.963.383

**Fonte:** IBGE

Os municípios de Mossoró e Macaíba têm registrado um acentuado crescimento econômico desde a década de 1990. Entre 2003 e 2009 o PIB destes municípios mais que dobraram o que evidencia que crescimento econômico não resulta em aumento da qualidade de vida. Ainda não está disponível o Atlas de Desenvolvimento Humano de 2010 para comparar com os dados de crescimento econômico da última década. Mesmo assim, os dados disponíveis na tabela 02 revelam que o IDH independe do tamanho do PIB

porque municípios com um PIB pequeno acabam apresentando um IDH maior que municípios com maior geração de riqueza. Um exemplo é o caso do município de Caicó que tem o terceiro maior IDH do estado e tem um PIB menor que Mossoró e Macaíba. Mossoró foi um dos municípios que registraram maior crescimento em termos absoluto, mas foi ultrapassado por três municípios do Seridó no ranking do IDH entre 1991 e 2000. Cabe ressaltar que o crescimento de Mossoró contribuiu para a eleição da atual governadora Rosalba Ciarlini do DEM em 2010.

Conforme mostra a figura 03, todos os municípios selecionados tiveram um crescimento econômico significativo. Apenas Natal não dobrou o PIB, mas os municípios Parnamirim e Macaíba que estão na região metropolitana registraram um aumento de aproximadamente 150% do PIB tendo como base 2003. Em termos percentuais, Caicó foi o município que teve maior crescimento, seguido por Parnamirim. No caso de Caicó, o crescimento está concentrado no setor de serviços. Parnamirim e Caicó tinham a segunda e terceira colocação no ranking de IDH em 2000.



Na comparação dos dados entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, não se pode colocar o crescimento como fator determinante na melhoria das condições de vida, sobretudo se o crescimento aumenta a desigualdade social. A tabela 03 mostra que os municípios que apresentam os maiores PIB são os que têm maior índice de desigualdade. O município de Natal tem o maior PIB e também o maior índice de desigualdade social,

seguido por Mossoró e Parnamirim. Na medida em que aumenta a renda é acompanhada pelo aumento da desigualdade social. Isto confirma que o padrão de desenvolvimento é concentrador de renda.

**Tabela 03: Índice de Gini**

<b>Municípios selecionados do Rio Grande do Norte</b>	<b>Índice de Gini, 2000</b>
Carnaúba dos Dantas (RN)	0,51
Parelhas (RN)	0,53
São José do Seridó (RN)	0,56
Macaíba (RN)	0,57
Caicó (RN)	0,58
Mossoró (RN)	0,59
Parnamirim (RN)	0,60
Currais Novos (RN)	0,61
Natal (RN)	0,64

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Outra mudança que pode ser observada nos municípios da região metropolitana e Mossoró é o crescimento da taxa de homicídio entre 2000 e 2010. Mossoró registrou o maior crescimento da violência entre os municípios selecionados, superando até a cidade do Rio de Janeiro que registrou uma queda na taxa de 56,6 em 2000 para 24,3 em 2010. Já os municípios da região do Seridó têm as menores taxas de homicídio. Natal e Mossoró aumentaram mais que o triplo entre 2000 e 2010. Macaíba tem o triplo da taxa de homicídio de Caicó, mas são municípios do mesmo porte com aproximadamente 69 mil habitantes e 62 mil habitantes em 2010, respectivamente. A diferença é que Macaíba faz parte da região metropolitana e Caicó está cercada de municípios pequenos. A questão da violência acaba se refletindo no fator da longevidade considerada para medir o IDH dos municípios uma vez que reduz a média de expectativa de vida.

<b>Tabela 04: População, homicídios e taxas de homicídio (em 100 mil habitantes) por município. Brasil, 2000 e 2010*. Ordenamento Estadual.</b>							
UF	Cidades Selecionadas	População		Homicídios		Taxas	
		2.000	2.010	2.000	2010*	2.000	2010*
RN	Caicó	57.002	62.709	4	5	7,0	8,0
RN	Carnaúba dos Dantas	6.572	7.429	0	0	0,0	0,0
RN	Currais Novos	40.791	42.652	4	2	9,8	4,7
RN	Parelhas	19.319	20.354	3	1	15,5	4,9
RN	Parnamirim	124.690	202.456	12	38	9,6	18,8
RN	Macaíba	54.883	69.467	8	17	14,6	24,5
RN	Mossoró	213.841	259.815	36	137	16,8	52,7
RN	Natal	712.317	803.739	74	260	10,4	32,3
RN	São José do Seridó	3.777	4.231	0	0	0,0	0,0

Fonte: Instituto Sangari

Ao que tudo indica, a densidade populacional é um fator desfavorável para o atendimento das demandas nas áreas da saúde, educação, segurança e transporte. Como se explica que cidades pequenas que têm um PIB reduzido podem apresentar um IDH maior que cidades que tem um maior crescimento econômico? A administração de cidades médias e grandes que registram crescimento é mais complexa e requer um nível mais elevado de qualificação. Como prevalece a indicação política para cargos executivos que, para agravar a situação, muda com certa frequência ao sabor das alianças político-partidárias, resulta em serviços públicos ineficientes que não atendem a população que busca estes serviços.

Diante dos dados que revelam um descompasso entre crescimento econômico e desenvolvimento humano, considerando vários aspectos da vida social, é preciso analisar se há uma contribuição da variável política na melhoria das condições de vida da população. Em especial, nos interessa verificar se a participação social exerce influência nos processos decisórios e melhora o desempenho das políticas públicas. Partindo da premissa que há duas dinâmicas políticas: a primeira da sociedade política que envolve o processo eleitoral e atividades dos partidos políticos e a segunda na mobilização da sociedade civil, colocam-se duas maneiras de analisar a participação nas políticas públicas. Uma forma de avaliar o grau de envolvimento da população na política é mediante a participação nas eleições e a manifestação de preferências ideológicas e partidárias. Outra forma é identificar a participação de comunidades na elaboração e execução de projetos de desenvolvimento conduzidos pelas organizações da sociedade civil. Neste caso, a existência ou não de experiência associativa e cívica pode ser um diferencial na realização de políticas redistributivas dos recursos públicos.

A questão do associativismo e participação política se dá de forma diferenciada entre os municípios selecionados. Observa-se que nos municípios do Seridó

existe uma cultura de participação que pode ser comprovada em função da quantidade de associações comunitárias e de trabalhadores rurais existentes.<sup>5</sup> A participação das comunidades, sobretudo na região do Seridó, nos fóruns organizados por entidades da sociedade civil aponta para resultados mais concretos para a melhoria das condições sociais na realização de projetos de desenvolvimento. Diferentemente dos municípios maiores como Natal e Mossoró, onde não há a mesma densidade associativa.

No tocante à participação em processo eleitoral, os resultados das eleições de 2012 mostram que o PMDB se mantém com o partido com maior número de prefeituras e há uma baixa renovação nos quadros dirigentes. Na capital do estado há duas situações distintas. Houve um número elevado de votos inválidos no primeiro turno, cerca de 40% do total de eleitores, o que mostra que parte significativa da população está desiludida com a política partidária baseada no sistema de eleições como meio de transformação das condições de vida. Por outro lado, entre os votos válidos, o vencedor das eleições é um membro da família Alves que tem tradição na política do estado e ocupa vários cargos de deputados, senador e de ministro. Um fato curioso nesse processo é o apoio do PT no segundo turno ao candidato representante da oligarquia Alves. Vale acrescentar que as siglas partidárias não representam diferenças ideológicas uma vez que políticos da mesma família são filiados a diferentes partidos. Pode-se inferir que a dinâmica política centrada nos partidos se caracteriza pela reprodução das elites no governo, pela baixa capacidade de renovação das lideranças. Este é um fenômeno que ocorre em outros municípios do RN.

Nas últimas eleições para prefeito e governador apontaram tendência ao predomínio de elegibilidade dos candidatos pertencentes ao partido do governador da época. Fato ocorrido, devido aos pactos e acordos políticos estabelecidos a cada período eleitoral, não importando a tradição política dos partidos, mas sim os interesses em jogo. O autor informa com dados do TRE-RN que dos 167 prefeitos eleitos em 1996, a coligação do PMDB, partido do governador da época da oligarquia Alves, elegeu 65 (39%) prefeitos, já a coligação do DEM da oligarquia Maia elegeu 70. O primeiro grupo, liderado pelo PMDB, elegeu 634 vereadores, já o segundo grupo elegeu 572. No Seridó a coligação do PMDB elegeu nove prefeitos e 93 vereadores em 1996, já o DEM elegeu onze prefeitos e 96 vereadores. Isso demonstrou que o controle político se deu através do domínio dos dois principais grupos partidários na região. O então governador Garibaldi Alves Filho do PMDB foi reeleito no primeiro turno devido a suas ações de governo, muitas delas assistencialistas como o Programa do Leite (Azevedo; 2007).

---

<sup>5</sup> Entrevistas concedidas por Procópio Lucena em Julho de 2011 e Verônica Barros em Setembro de 2012 da SEAPAC.

## **Considerações finais**

A pesquisa mostra que o trabalho de organizações da sociedade civil tem contribuído no sentido de viabilizar a participação política com vistas a influenciar a condução de políticas públicas através da elaboração de projetos junto às comunidades. Esse trabalho de organização social e política dos trabalhadores, que vem ocorrendo nas últimas décadas, propiciou o crescimento do associativismo e a geração de um estoque de capital social. Em face de uma situação vulnerável, a solidariedade e o trabalho coletivo foram os recursos utilizados como estratégia de sobrevivência do sertanejo do Seridó. A capacidade de mobilização e participação exerce um papel importante na consecução de projetos de desenvolvimento social na região do Seridó no estado do RN.

O caso do Seridó mostra como a população de uma região vulnerável às condições climáticas, que tem um mercado de trabalho limitado pela ausência de empresas de médio e grande e alto índice de pobreza adotou o associativismo e a organização da sociedade civil como estratégia de desenvolvimento local. A região apresenta os melhores indicadores sociais comparados a outros municípios do estado. Sustenta-se que o associativismo e a participação política decorrentes do trabalho das entidades da sociedade civil contribuíram para o crescimento da economia solidária e para os resultados de políticas públicas, através da execução de projetos por entidades da sociedade civil junto às comunidades. Tal experiência sinaliza um caminho que pode ser seguido por outras regiões menos desenvolvidas do Semiárido.

Os resultados obtidos a partir da mobilização e organização política das comunidades e o capital social adquirido sugerem que estes fatores contribuem para o fortalecimento da democracia no âmbito local e a melhoria nos indicadores sociais com o aumento do acesso às políticas públicas. As comunidades que em outras épocas ficavam a margem dos benefícios oriundos dos investimentos para solução de problemas como a seca, passaram nas últimas duas décadas a terem mais acesso às políticas públicas e exercer alguma influência na distribuição dos recursos com o apoio de entidades da sociedade civil.

Por outro lado, os dados quantitativos revelam que o crescimento econômico não é um fator determinante para a melhoria das condições de vida da população. Justamente os municípios de médio e grande porte que detém maior volume de recursos e que tiveram um crescimento econômico significativo são os municípios mais deficientes no atendimento de demandas nas áreas da saúde, educação fundamental, segurança e transporte. Em virtude da ineficiência da administração dos maiores municípios com relação a políticas redistributivas, o crescimento econômico provoca um aumento da desigualdade social e uma falsa impressão de desenvolvimento com melhoria

de condições de vida. Desse modo, tende a reproduzir um padrão de desenvolvimento concentrador e excludente, a menos que haja capacitação de parcela da sociedade para participar das decisões sobre o desenho das políticas públicas, sobretudo, na definição dos beneficiários dos recursos públicos e garantir o controle social.

### **Referências Bibliográficas**

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes. São Paulo, *Teoria e Debate*, jul./set. 1992.

\_\_\_\_\_ Herança de diferenciação e futuro da fragmentação  
ESTUDOS AVANÇADOS 11 (29), 1997. Dossiê Nordeste 1.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. In: DAGNINO, E. (Org), pp. 9-15. Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GOHN, M. G. M. . Sociedade Civil no Brasil: Movimentos sociais e ONGs. Nómadas (Santafé de Bogotá), Universidad Central de Bogotá, n.20, p. 140-151, 2004.

KRAPPITZ ,Uwe e CORCIONE, Domenico. Relatório Final da Avaliação Externa do SEAPAC, RN, 2011.

MACEDO, Hélder A. M. Contribuição ao estudo da Casa-Forte do Cuó, Caicó-RN. MNEME – Revista de Humanidades. Dossiê de Arqueologias Brasileiras, v.6, dez. 2004/jan.2005.

MEDEIROS, José Lucena (2007) CAPITAL SOCIAL E IGREJA CATÓLICA expressões e práticas no sertão do Seridó - Natal/RN Dissertação - UFRN.

MILANI, Carlos. Teoria do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). Salvador, 2005. Disponível em:<[http:// www.adm.ufba.br/](http://www.adm.ufba.br/)>.

PATEMAN, C. Participação e teoria democrática. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

POGREBINSCHI , T. Conferências nacionais e políticas públicas para grupos minoritários. Texto para discussão, IPEA, Rio de Janeiro, 2012.

PUTNAM, R.D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. 3ª edição, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SILVA, M. A. O. Igreja e educação no Seridó Potiguar. Revista Científica Sigma. Instituto de Ensino Superior do Amapá. v.1, n.1. out./nov./dez. 2007. Macapá: IESAP, 2007.

SPINELLI, José Antonio - CORONÉIS E OLIGARQUIAS NA PRIMEIRA REPÚBLICA - UFRN, 1992.

VAZ, A. C. N; PIRES, R. R. C. Comparações entre municípios: avaliação dos efeitos da participação por meio de pares contrafactuais. In: PIRES, R. R. C. (Org). A efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação. Série: Diálogos para o Desenvolvimento, v. 7, 2011 (no prelo).

VAZ, A. C. N. Participação política, efeitos e resultados em políticas públicas: notas crítico-analíticas. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 17, no 1, Junho, 2011, p.163-205

IGREJA CATÓLICA. Nota dos Bispos da Igreja Católica no RN sobre o Projeto de Irrigação do DNOCS para a Chapada do Apodi, dezembro de 2011.

Estado do Rio Grande do Norte & Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura Familiar. Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó, Caicó/RN, 2000.

Estado do Rio Grande do Norte. Relatório do Programa de Desenvolvimento Sustentável: Números do Programa de Combate à Pobreza Rural, Natal, 2010.

Tribuna do Norte. RN tem menor crescimento regional de assalariados. 17 de Maio de 2012.

<b>PROJETOS EXECUTADOS E/OU EM EXECUÇÃO (2009/2010)</b>	<b>APOIADOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>VALOR R\$</b>
Projeto D. Hélder Câmara	MDA/FIDA	Assessoria a comunidades rurais	22.091,60
Projeto de Consultoria	SETHAS/PDS /Banco Mundial	Mobilização, sensibilização e capacitação dos atores locais e das organizações comunitárias em municípios localizados nas regiões Trairi e Seridó	143.187,80
Projeto “Comunidade em Ação”	SETHAS	Fortalecimento das organizações de base e capacitação dos grupos das comunidades	320.000,00
Projeto de Cisternas - 022/2009	Governo do Estado/SETHAS	Construção de cisternas/capacitação das famílias	475.000,00
Projeto Formação e Mobilização para convivência com o Semiárido Brasileiro – P1MC - Convênios: 067/2008 – 022/2008	AP1MC/MDS	Construção de cisternas/capacitação das famílias	1.515.290,51
Projeto “Arte de conviver e aprender no Semiárido potiguar” (Trienal 2007-2009)	KZE/MISEREOR	Formação e assessoria em desenvolvimento rural sustentável no RN	579.900,00
Projeto de Bovinocultura e Apiário	Populorum Progressio	Implementação de apiários e bovinos em duas comunidades rurais, nos municípios de Japi e Lajes Pintadas	27.680,00
Projeto de Artesanato	Populorum Progressio	Apoio à infraestrutura produtiva do artesanato para grupos de mulheres	8.649,52
Campanha Cidadão Nota 10	Secretaria de Tributação (SET)	Campanha de educação fiscal	42.955,86
TOTAL DAS RECEITAS EM 2009. ....			3.134.755,29

